

Prefeitos do Pará se mobilizam para enfrentar a crise econômica

“Os últimos dias tem sido de muito do sofrimento. Os municípios estão à beira da falência e a culpa não é nossa e nosso povo é quem paga”. A fala é da prefeita de Primavera, Ana Renata Sousa, que fala sobre o momento de crise vivida pelos municípios. Ela e outros prefeitos e prefeitas estiveram em Belém, nessa segunda-feira (16) para o “Dia de Mobilização e Reação: Municípios em Crise”.

A programação de iniciativa da Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará (Famep), juntamente com as Associações e Consórcios Regionais, incluiu diversas atividades voltadas para chamar a atenção dos poderes Executivo e Legislativo, Federal e Estadual sobre o momento de crise intensa dos municípios.

A primeira ação do dia foi a participação dos gestores municipais na Sessão Especial, realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, sobre as Medidas Provisórias que tramitam no Congresso Nacional acerca do Novo Código de Mineração. Na ocasião, alguns prefeitos de municípios mineradores e a Famep puderam falar sobre a importância de mudar as alíquotas, bem como sobre melhorarias na fiscalização da atividade mineradora, entre outros pontos.

“Acho que é muito importante a nossa luta não é lutar por aumento de alíquota e sim estamos falando de justiça. Entendemos que uma alíquota de 4% permite que União, Estados e municípios possam tocar e cuidar dos impactos que acontecem”, explicou o prefeito de Parauapebas, Darci Lermen.



O presidente da Famep, Xarão Leão, entregou à Comissão Mista um documento com as propostas elaboradas pelo movimento municipalista. A pressão sobre as alterações no Novo Código de Mineração é fundamental nesse momento, porque o tema vai para a votação no Congresso Nacional até o 28 dia de novembro, e se aprovadas as contribuições do movimento municipalista, os municípios poderão ter retorno em breve dessa arrecadação.

Articulação – O segundo momento do Dia de Mobilização foi uma audiência com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará(Alepa), Márcio Miranda. Prefeitos e prefeitas solicitaram apoio do parlamento Estadual para articulação junto ao Governo do Estado de providências que ajudem os municípios nesse momento de crise.

Além de um apoio, os gestores municipais querem que o Estado assuma algumas despesas estaduais que os municípios acabam tendo que arcar. “Nós também estamos carregando parte do Estado nas nossas costas. Muitos funcionários da Adepará, Polícia Civil, Escolas Estaduais, do Estado, que estão sendo pagos pela nossa folha. Passamos desde janeiro tapando buraco de estradas estaduais, e o combustível que tínhamos para gastar nos ramais nós não temos mais”, declarou o prefeito de Alenquer e vice-presidente da Associação dos Municípios da

Calha Norte, Juraci Sousa.

O presidente da Alepa propôs que os gestores montem uma pauta de reivindicações que ele atuará como mediador junto ao Governo do Estado.

Assembleia Geral – Bloqueios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dívidas previdenciárias, despesas com pessoal e projetos de responsabilidades de outros entes federativos. Esses são alguns dos problemas enfrentados pelos municípios paraenses que estão agravando a situação de crise econômica enfrentadas pelas gestões estaduais. Como parte das ações do “Dia de Mobilização e Reação”, os prefeitos se reuniram em uma Assembleia Geral para tentar construir uma estratégia de pressionar por uma ajuda da União.

“Precisamos nos mobilizar em busca de novo Apoio Financeiro dos Municípios (AFM) no valor de R\$ 4 bilhões. O pedido de liberação de verba extra foi protocolado pela CNM e FAMEP na presidência da República. Por meio de ofício, e solicitamos ao Executivo que o repasse seja por meio do FPM, nos moldes da medida emergencial feita anteriormente, sem vinculações e sem descontos”, disse o presidente da Famep, Xarão Leão.

Essa será uma das ações dos gestores: pressionar para que Deputados e Senadores aprovem esse AFM, como já foi feito no ano de 2013. Na Assembleia, os gestores municipais definiram que irão solicitar ao Governo do Estado, uma transferência extra de ICMS para os municípios ainda este ano. “Vamos pedir pauta para o Governo do Estado para que se una aos municípios, porque os problemas estão aqui nos municípios e são eles que sofrem com recursos cada vez menores”, afirmou Leão.

Receita – No último ato do dia, os prefeitos e prefeitas seguiram à Superintendência da Receita Federal, para dialogar sobre possibilidades de arrecadação. Foi sugerido aos gestores que façam a adesão imediata a Rede Sim, pela qual a Receita Federal poderá ajudar a administração a conhecer as empresas

existentes na cidade e aplicar a justiça fiscal.

Em poucos meses, as gestões poderão aumentar a arrecadação sem penalizar a população. “Há muitas questões em que as parcerias da Receita Federal com os municípios, com trocas de informação, para que o prefeito possa construir um modelo de que as receitas próprias dos municípios possam ter um significado maior”, disse o superintendente adjunto da Receita Federal no Pará, Marcos Aurélio Antunes.

Por FAMEP

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br